



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012151-90.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Natanael Santana Pinho**  
 Requerido: **JOÃO ANTONIO ROCITTO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Os réus são reveis.

Citados pessoalmente, eles não compareceram à audiência e tampouco ofereceram contestação, além de não apresentar justificativa para isso.

Reputam-se em consequência verdadeiros os fatos articulados na petição inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95), o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida à minguia de elementos consistentes que se contrapusessem a tanto.

Ressalvo, por oportuno, que em caso de descumprimento da obrigação que será imputada aos réus a imposição de multa transparece desnecessária, buscando-se a solução da questão diretamente perante a CIRETRAN.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, com a imposição à ré da obrigação postulada e, em caso de descumprimento, a expedição de alvará para a devida regularização da situação posta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Aliás, essa última alternativa transparece adequada para que os registros administrativos concernentes ao automóvel guardem ligação com a situação fática, cumprindo enfim a finalidade precípua para a qual se destinam.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a entregarem ao autor o documento necessário para a transferência do automóvel indicado nos autos, no prazo de cinco dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelos réus da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o autor, dando-se por suprida a assinatura dos réus para que isso sucedesse.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se

São Carlos, 23 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**